

# Educação Popular e Consciência de Classe: uma Reflexão a Respeito da Experiência do 13 de Maio NEP

Theo Martins Lubliner

**Como citar:** LUBLINER, Theo Martins. Educação Popular e Consciência de Classe: uma Reflexão a Respeito da Experiência do 13 de Maio NEP. *In:* BERSI, Rodrigo Martins; MIGUEL, José Carlos (org.). **Pesquisas em Educação:** contribuições de egressos do PPGE. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2025. p. 69-92. DOI: <https://doi.org/10.36311/2025.978-65-5954-603-9.p69-92>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

# Educação Popular e Consciência de Classe: uma Reflexão a Respeito da Experiência do 13 de Maio NEP<sup>19</sup>

*Theo Martins LUBLINER<sup>20</sup>*

## Introdução

*“O único meio de pressão que pode levar à vitória é a formação política dentro da luta cotidiana”.*

Rosa Luxemburgo

A convicção sobre a necessidade de realizar formação política entre as classes trabalhadoras para um avanço da consciência de classe em vistas à organização da revolução proletária nasceu junto ao socialismo científico. E não poderia ter sido diferente. Afinal, um dos grandes ensinamentos históricos da burguesia foi justamente a antecipação de suas ideias e valores às suas revoluções.

Marx e Engels deixaram clara a importância da educação e da necessidade de ampliação do conhecimento para a luta socialista e para fomentar uma “consciência comunista embrionária”, o que perpassava pela compreensão crítica da ciência e da ideologia burguesas e pela elaboração da ciência proletária. Isso, porém, não seria condição suficiente para a superação da

---

<sup>19</sup> O presente texto é o resumo de um dos capítulos da tese *A decadência ideológica da ciência econômica e a formação política no MST e n 13 de Maio NEP* do autor (LUBLINER, 2024)

<sup>20</sup> Professor do Instituto Federal de Sergipe, doutor em Educação pela Unesp, mestre em Desenvolvimento Econômico e bacharel em Ciências Econômicas pela Unicap. Autor do livro *Sobre Economia* publicado pela Editora Lutas Anticapital.

alienação e para a emancipação humana que só poderia ocorrer com a mudança estrutural da forma de propriedade. Afinal, uma nova consciência só poderia ser alcançada com a superação do modo de produção capitalista.

Esse tema, consensuado por algumas décadas mas sem nenhum tipo de aprofundamento, passaria então por debates de “como fazer?” no século XX. Lenin teria sido o primeiro marxista a se debruçar sobre a temática em seu clássico texto *Que fazer?* de 1902. Disse o autor: “«Todos estão de acordo» que é necessário desenvolver a consciência política da classe operária. Pergunta-se, como fazê-lo e o que é necessário para o fazer? (1977[1902], p.47). Nesse texto, Lenin se empenhou em combater a ideia que prenominava entre a social-democracia russa de que o processo de consciência derivaria da própria luta econômica de forma espontânea, além de fazer uma defesa intransigente da teoria revolucionária, ideia legada de Engels de que a luta da social-democracia não era somente política e econômica mas também teórica. Daí sua célebre frase no mesmo texto: “sem teoria revolucionária não pode haver também movimento revolucionário” (idem, p.17).

Mais ainda, ele defendeu a tese de Kautsky de que cabia à intelectualidade reunida no Partido difundir essas teorias o que, à época, se fazia sobretudo pela imprensa escrita. Ou seja, para ele, a consciência de classe não surgiria de forma espontânea do próprio proletariado, mas viria de fora, através de uma intelectualidade especializada – pelo próprio exemplo de Marx e Engels, pertencentes a uma intelectualidade burguesa (idem, p.20) – que deveria explicar ao proletariado sua condição de exploração e também a sua missão histórica já que este estaria impossibilitado de fazê-lo pela exaustiva e massacrante jornada de trabalho imposta. Lenin acreditava que a classe operária, por si só, desenvolveria, no máximo, uma consciência do tipo “trade-union”, ou seja, sindical-corporativista e economista.

Caberia, portanto, aos membros do Partido a formulação teórica, a agitação, a propaganda e a denúncia das diferentes formas de exploração e opressão através da imprensa para influenciar as massas a irem além da luta por ganhos materiais imediatos. Disse ainda Lenin: “Devemos empreender activamente o trabalho de educação política da classe operária, de desenvolvimento da sua consciência política” (idem, p.35) e “devemos «ir a todas as classes da

população» como teóricos, como propagandistas, como agitadores e como organizadores” (idem, p.49). O desenvolvimento da consciência política do operariado seria, portanto, um meio que legitimasse o Partido e o tornasse uma referência para dirigir o movimento de massas e não a sua finalidade.

Indiscutivelmente, a leitura de Lenin – vale dizer, mesmo antes do levante de 1905 – se mostrou correta com o desfecho da Revolução de 1917 uma vez que a fração bolchevique do Partido Operário Social-Democrata Russa, a partir de seu esforço de denúncias e agitação, ganhou legitimidade e, após a insurreição de fevereiro, os reconheceu e os conduziu à liderança do movimento em outubro daquele ano.

Ocorre, porém, que essa perspectiva sobre o papel da intelectualidade e do Partido levou a uma tendência vanguardista centralizadora como se houvesse exogeneidade do pensamento crítico e, portanto, uma certa autonomia em relação à luta política e econômica.

Essa perspectiva já era questionada por Rosa Luxemburgo no início do século XX. Assim como Lenin, Rosa foi, sem dúvida, uma fiel herdeira dos ensinamentos e do método de Marx. Ela tinha convicção sobre a necessidade de as classes trabalhadoras acessarem o conhecimento produzido pela ciência proletária em sua complexidade e o esforço por empreender uma linguagem acessível sem a tornar simplória. Isso era tão importante para Rosa que sua vida possuiu um significado pedagógico. Não só por sua metodologia como educadora, mas por seus textos, seus discursos, sua atuação militante e suas relações interpessoais. Para ela, o alto grau de conhecimento intelectual só levaria a uma concepção revolucionária ou a um avanço no processo de consciência de classe através da inserção na luta cotidiana. Essa, porém, sem um alto grau de conhecimento intelectual levaria a inevitáveis erros interpretativos e a sérios equívocos estratégicos e táticos.

Apesar de sua morte trágica e precoce, Luxemburgo teve tempo de ir além. Ela antecipou algumas reflexões e questões que hoje parecem óbvias, como: o papel central do que é chamado de Educação Popular para a consciência de classe; a centralidade do método e não de prognósticos baseados em análises conjunturais para a compreensão da realidade e para a elaboração estratégica; o papel protagonista da luta de resistência dos povos originários contra o avanço da acumulação capitalista; a democracia proletária como

princípio inegociável e como antídoto aos perigos da concentração de poder e da burocratização<sup>21</sup>.

Para além dos problemas das experiências socialistas que têm exigido sérias e constantes autocríticas (para as quais Luxemburgo se apresenta como referência fundamental), o papel das organizações e da formação política para a consciência de classe se mostram centrais enquanto se desenrolam os desfechos da luta de classes. Sobretudo porque, recorrentemente, vivemos momentos oportunos para a ofensiva da ciência proletária diante de sucessivas crises ideológicas e científicas das classes dominantes.

A tarefa de dar continuidade a esse esforço iniciado por Marx e Engels e levado adiante por outras grandes figuras da ciência proletária se impõe hoje adicionados novos desafios tanto pelo avanço da ofensiva ideológica como pelas transformações próprias do modo de produção capitalista que envolvem ainda novas mistificações dos diferentes e “modernos” mecanismos de exploração do capital sobre o trabalho, novas configurações das classes e também formas hodiernas de opressões criadas e adaptadas pelo capital.

Isso porque, para além da elaboração teórica que desenvolva a ciência proletária ainda sob o domínio do capital, existe o desafio de sua difusão. Isto é, o esforço de que haja uma apropriação pelas classes trabalhadoras tanto da ciência econômica burguesa como da proletária. Isso envolve, é claro, agitação e propaganda, mas sobretudo a formação política que torne possível a compreensão não só de conteúdo mas de lógica e capacidade de abstração, o que exige não só a apreensão da ciência em si mas de outros campos do conhecimento que envolvem também a subjetividade, como a filosofia e a arte.

Recentemente, com a ofensiva das teses neoliberais sobre o senso comum, o imaginário popular e a opinião pública tem reforçado as ideias de meritocracia como sistema social justo, do empreendedorismo individualista como solução ao desemprego, de “educação financeira” como cura ao endividamento, do individualismo como “sociabilidade”, da competição como chave para o progresso. Por isso, a temática econômica possui terreno propício tanto para o domínio ideológico como para a crítica. Nos espaços especializados nesse assunto isso é direto e explícito. Contudo, nas escolas e no entretenimento (que tem se confundido constantemente), onde a economia está implícita, isso

---

<sup>21</sup> Sobre essas contribuições de Roda Luxemburgo, ver Wavrant (2018) e cap. 3 de Lubliner (2024).

tem ocorrido de forma muito mais sorrateira, mas não menos impactante. Essa tem sido uma importante arma que sobrou às classes dominantes incapazes, pelas próprias forças do capital, de disponibilizar algum tipo de meio de redução de danos como foi o Estado de bem-estar social na Europa.

Ainda que a Escola se mostre uma importante trincheira das classes trabalhadoras contra a ideologia, não se deve iludir. Isso porque, sob o domínio das classes dominantes, ela pode ser no máximo um espaço de acirramento das contradições e não o terreno de uma inflexão possível para o avanço na consciência de classe. O espaço que tem demonstrado força para isso é o de formação política dos movimentos sociais que são capazes de unir a teoria crítica da ciência proletária à luta. Daí o presente texto se ocupa de um dos mais importantes esforços nesse sentido, o do Núcleo de Educação Popular (NEP) 13 de Maio NEP.

### **Sobre o 13 de Maio NEP**

O 13 de Maio NEP foi, sem dúvida, a grande referência de formação política no movimento sindical brasileiro na virada dos anos de 1980 para 1990. Tendo realizado milhares de cursos e seminários por todo o país para dezenas de milhares de participantes ao longo de suas mais de quatro décadas, esse coletivo se destacou não só pela quantidade mas pela qualidade do método desenvolvido ao longo desse jornada. Ainda hoje, na figura do Fórum Nacional de Monitores (FNM), o chamado “FêNêMê”, esses educadores continuam contribuindo para a organização popular e para o avanço da consciência de classe, sendo ainda a “maior e mais longeva escola de formação político-sindical do Brasil” (Silva; Tumolo, 2010, p.118).

O grupo nasceu por volta do final dos anos de 1970 já na decadência da ditadura empresarial-militar e junto ao reascenso das lutas das classes trabalhadoras que originaram a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Partido dos Trabalhadores (PT). O coletivo de educadores que formou o 13 de Maio NEP pertencia, inicialmente, à frente sindical urbana da Federação dos Órgãos para Assistência Social (FASE), que oferecia cursos profissionalizantes. Por volta de 1976 a equipe da FASE de São Paulo começou a relacionar esses cursos à organização da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo para combater as direções consideradas pelegas. Passou-se, assim, a utilizar a

estrutura da FASE para organizar sindicatos combativos, oposições sindicais e ajudar a fundar a CUT. Porém, parte significativa da direção nacional da FASE (composta por membros do PCB, PCdoB e MR-8) era contra a fundação da CUT e o PT. Por essas divergências, toda a equipe da FASE-SP foi demitida em 1982. No mesmo dia da demissão, em 13 de maio, a equipe decidiu formar um novo coletivo para dar continuidade ao trabalho que vinha sendo desenvolvido. Daí originou-se o nome do grupo. (Silva, 2008).

A equipe atuava em diferentes ambientes, fossem aqueles aos quais a Igreja possuía acesso – como grupos de alfabetização, de crisma, de jovens etc. –, núcleos de base do PT a partir de 1982, movimentos de favelas, de luta por creche e por transporte.

Com a criação da CUT em 1983 o 13 de Maio NEP passou a construir organicamente a Secretaria de Política Sindical (responsável por acompanhar as eleições sindicais e a dar suporte às oposições) e a Secretaria de Formação da entidade, sendo o grupo responsável pela construção do seu programa de formação político-sindical. Essa vinculação ofereceu uma possibilidade de ampliação do trabalho do coletivo que, além de atuar na organização da oposição, passou a organizar cursos de formação política e a elaborar materiais audiovisuais.

Ainda que até a fundação da CUT isso não estivesse bem demarcado, a equipe já realizava esses três tipos de trabalho: o de acompanhamento do nascimento das oposições sindicais nas fábricas, o *trabalho direto*; o de elaboração de cursos de formação de militantes e dirigentes para a oposição sindical, o *trabalho de formação política*; e o de produção de materiais audiovisuais, o *trabalho de produção de recursos pedagógicos* (Silva, 2008, p.97). Todo o trabalho estava subordinado ao *trabalho direto* uma vez que o grande foco da equipe era garantir a vitória da oposição nas eleições sindicais.

Até esse momento o grupo não havia produzido ainda um programa estruturado de formação política. Eram realizadas “reuniões orientadas” em que os monitores da equipe simplesmente iam até determinado local para discutir alguns temas com os trabalhadores. Posteriormente, a experiência dos educadores era socializada com o restante da equipe que acabava produzindo os Cadernos de Formação e que serviriam de suporte aos novos trabalhos de formação.

O grupo era composto por militantes de diferentes matrizes do campo marxista, inclusive membros católicos adeptos da Teologia da Libertação.

Dentre estes, Humberto Bodra desempenhou papel fundamental a partir de sua experiência como educador popular tanto em aspectos de conteúdo como didático-pedagógicos, quando o grupo passou a fazer formação política. Segundo Luís Carlos Scapi, teria sido ele o responsável por ajudar a resolver problemas relacionados ao curso de *Noções Básicas de Economia Política*. (Silva, 2008, p.104)

A frente de formação política começou a se organizar somente a partir de 1984 com a realização dos “cursões” *História do Movimento Operário no Brasil, Noções Básicas de Economia Política e História das Revoluções*, que eram realizados em seis dias por quatro períodos. Um curso acabava derivando do outro a partir das demandas que surgiam. *Questões de Sindicalismo*, por exemplo, nasceu após 1987 pela necessidade de se explicar a mais-valia aos participantes do curso de *Noções Básicas de Economia Política*. Aquele curso se tornaria então o “carro-chefe” e que, mais tarde, ganharia o nome de *Como Funciona a Sociedade*. No Relatório de Avaliação de 1991 em Cruz (2010, p.143) o coletivo registrou que a criação e implementação de novos cursos passava por um processo de avaliação que envolvia a elaboração de um projeto inicial que era discutido pelo conjunto da equipe até que se formava um protótipo. Realizava-se, em seguida, um curso piloto que era submetido a uma avaliação coletiva, agora com impressões empíricas dos participantes.

Da mesma forma, os materiais bibliográficos (os Cadernos de Formação) iam sendo produzidos de acordo com as experiências vividas nos cursos. O roteiro do curso *Noções Básicas de Economia Política*, por exemplo, transformou-se no livreto *Classe contra classe*. (Silva, 2008, p.106)

Inicialmente, os cursos eram oferecidos em uma sala do 13 de Maio NEP. Divulgava-se o nome e a data da atividade e iam trabalhadores de diferentes partes do país para participar. O coletivo chegava a organizar até seis turmas em um ano. Entretanto, com a reorganização da classe trabalhadora em marcha e a explosão das greves que emergiam no ABC paulista em meados dos anos de 1980 as demandas para o grupo cresceram de forma exponencial.

Os cursos eram frequentados majoritariamente por membros do movimento sindical (organizações com maior suporte financeiro aos participantes), mas também por membros do PT, de movimentos populares e de pastores. Os grupos de participantes eram formados por diferentes perfis, níveis

de escolaridade (a maioria possuía pouca escolaridade e pouco hábito de leitura e estudo), de histórico de organização e luta e de conhecimento sobre os temas abordados nos cursos. Dentre os participantes havia uma maioria de operários mas também funcionários públicos, professores, profissionais da saúde, bancários, profissionais da comunicação, engenheiros agrícolas, trabalhadores domésticos, agricultores etc. A maioria deles era motivada mais por ter o organizador do evento como referência do que propriamente pela compreensão da necessidade da formação política. (Silva, 2008, p.137)

A partir de 1988 o grupo passou a desenvolver melhor também cursos de caráter mais instrumental que já existiam mas de forma mais precária como: *Organização por Local de Trabalho*; *Negociação Coletiva*; e *Campanha Salarial*. Porém, com o aumento da demanda em todo o país, já ao final dos anos de 1980 o coletivo não conseguia atender a todos os pedidos. Por esse motivo, em 1988, passou-se também a discutir a necessidade de formar multiplicadores além de organizar melhor roteiros e programas dos cursos. Por isso foi criado, nesse mesmo ano, o Programa de Formação de Monitores.

O foco cada vez maior nos cursos de formação política, porém, levou a um distanciamento deste do *trabalho direto* que fora, outrora, seu nutriente. Manoel Del Roio em (Silva, 2008) explica que esse foi um divisor de águas do coletivo. Para ele, que representava um grupo minoritário, esse deslocamento da concepção metodológica do objeto representaria a morte do 13 de Maio NEP pois o afastaria da prática. Porém, a maioria acreditava que a oferta de cursos de formação política deveria ser a contribuição da equipe às organizações das classes trabalhadoras.

Para Pitias Lobo, esse período marcou a descaracterização da forma Partido assumida até então pelo coletivo – e típica da herança das organizações de esquerda no século XX – para uma transição a uma espécie de “escola de aporte e sustentação do pensamento econômico-político de esquerda no Brasil” (Lobo, 2009, p.116).

Ainda que tenha nascido na CUT e tenha mantido uma relação mais estreita com o PT em sua origem (onde participou da sua Secretaria Nacional de Formação), o 13 de Maio NEP manteve sua autonomia e sua capacidade de dialogar com diferentes organizações a partir da clareza de sua tarefa de “instrumentalizar os militantes em geral para que possam compreender os

fundamentos das polêmicas principais colocadas pelo movimento, para que, dessa forma, possam participar, ativamente, dessas discussões e posicionar-se conscientemente” (Silva, 2008, p.120).

Teria sido pelo “amplo diálogo com as entidades de diferentes correntes e tendências” que o 13 de Maio NEP pôde se tornar referência de formação econômico-política para inúmeras organizações e o que permitiu ao coletivo não realizar formações doutrinárias. Sobre esse aspecto, Iasi destaca a preocupação que o grupo possuía:

o que nos preocupa é que, na tentativa de buscar uma relação entre a prática formativa e a organização, por vezes, a primeira acaba por perder sua especificidade. O que vem a ocorrer então é a submissão da formação não à organização concebida das instâncias e organizações para as quais oferecem seu programa. Está assim aberto o caminho para a relação utilitarista para com a formação (Silva, 2007, p.171).

Teria sido sobretudo essa decisão que levou o grupo a se esquivar de uma formação política utilitarista. Ao tratar de uma autocrítica do programa de formação feito pelo 13 de Maio NEP, Cyntia Silva explicou que:

Há também os que concebiam a formação de forma utilitária, esperando resultados imediatos, como “a formação de uma chapa, para resolver um problema na diretoria, para atrair novos militantes”, e acabavam perdendo a especificidade do trabalho educativo que desaparecia no ativismo. O mais grave, no entender da Equipe, “foi o fato da formação ter sido direcionada para a disputa interna em torno do poder nas instituições, entidades e movimentos dos trabalhadores”. Ao contrário de formar para compreender uma realidade, entendê-la de forma crítica para agir sobre ela, a formação foi dirigida para o “reforço de posições políticas contra outras” (Silva, 2008, p.134).

Outro fator decisivo para a autonomia do grupo foi a questão de seu financiamento. Inicialmente, ele era provido por organizações europeias que não se ocupavam muito em saber o destino de seus recursos compensatórios no então Terceiro Mundo. Entretanto, com a guinada conservadora dos governos europeus e com o enfraquecimento da social-democracia, as entidades financiadoras começaram a querer intervir de forma mais direta sobre

o destino de suas aplicações. Em um contexto de nascimento da ideologia neoliberal começavam a ser alimentadas as perspectivas da inclusão social, combate às desigualdades e de promoção da cidadania em detrimento da disputa entre capital e trabalho. Começaram a aparecer Organizações Não Governamentais alinhadas a essa perspectiva para conseguir captar esses recursos. Constatando essa mudança de cenário, o coletivo antecipou-se a possíveis interferências ou escasseamento de recursos e passou, a partir de 1992, por uma transição gradual. O trabalho que era profissionalizado passou a ser voluntário e o grupo passou a se autofinanciar.

Por outro lado, essa escolha representou algumas decisões difíceis que envolveram encerrar algumas frentes de trabalho como o de produção de recursos pedagógicos e de *trabalho direto*. A prioridade do coletivo passou a ser a oferta de cursos para formação de formadores para que esses replicassem a experiência vivenciada através da criação de outros núcleos e coletivos de educação popular nas diferentes regiões do Brasil. Consolidava-se, assim, um programa mínimo de formação e uma concepção metodológica a ser utilizada.

Apesar da difícil conjuntura de aumento do desemprego e crise financeira das organizações que minavam a participação nos cursos na década de 1990, houve um aumento progressivo das ações de formação por conta da multiplicação proporcionada pelo Programa de Formação de Monitores (Silva, 2008, p.145). O ano de 1992 foi bastante conturbado politicamente, com *impeachment* presidencial e um refluxo das lutas operário-sindicalistas já perceptível. Nesse contexto, o grupo passou a se aproximar de outras formas de organização – como os sem-terra e trabalhadores rurais – o que passou a demandar uma adequação aos conteúdos (Silva, 2008, p.128).

Ainda que o número de realização de cursos tivesse caído no início da década, ele voltou a crescer novamente a partir de 1995 e deu um salto em 1996 com mais de quatro mil participantes, em sua grande maioria sindicalistas mas com uma participação significativa de membros de movimentos populares, do PT e de outros partidos<sup>22</sup>. Nesse ritmo, o número de cursos ofertados continuava crescendo. Em 2001, por exemplo, foram 461 cursos com mais de dez mil participantes<sup>23</sup>. (SILVA, 2008)

---

<sup>22</sup> Como no caso do, à época, nascente Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU)

<sup>23</sup> Segundo César Cruz (2010, p.171) a partir de 2001 não é possível mais encontrar informações

Na virada do século, assim como o perfil dos formandos vinha mudando, o dos monitores também. Diminuía a participação proporcional de militantes com experiência de lutas operário-sindicais e aumentava a de militantes ligados aos “novos movimentos sociais” como sem-terra, sem-teto, indígenas, ecologistas, LGBT+, moradores de rua etc.

A quantidade de programas de monitores também aumentou significativamente de 1994 para 1995, saindo de 17 para 63. No ano seguinte, em 1996, foi ainda realizado o Encontro do Fórum Nacional de Monitores que contou com a participação de 378 pessoas das dez turmas já finalizadas até aquele período.

Como consequência do Programa de Formação de Monitores, em 1992, nasceu o FNM, composto por diferentes grupos e coletivos de formação política incluindo, claro, o próprio 13 de Maio NEP. Até 1995 haviam sido criados o Núcleo Humberto Bodra de Educação Popular (NHUBEP) no Rio de Janeiro, o Coletivo de Formadores da Fetravisp no Paraná e o Centro de Educação e Documentação Popular “Outubro” no Distrito Federal. Posteriormente foram ainda criados outros coletivos: o “Norte”, envolvendo o Pará e o Maranhão; outro em Vitória (ES); o “17 de Abril” no Vale da Paraíba (SP); e o “Coletivo José Novaes” na Bahia. Em 1996 o 13 de Maio NEP representava o coletivo com maior número de cursos e participações por razões óbvias. Porém, monitores em formação, o NUHBEP, “Outubro” e o “Norte” já representavam, somados, mais das metades dos cursos e de participações, mostrando o êxito da ampliação das atividades de formação.

Esses novos núcleos, ainda que estivessem articulados e partilhassem dos propósitos e da prática formativa, passaram a ter autonomia em relação ao 13 de Maio NEP. Mais tarde, porém, eles foram se diluindo e hoje só existe a unidade em torno do FNM, composto por monitores que possuem relativa autonomia para desenvolverem trabalhos de formação mas que estão unidos em torno de objetivos comuns e pela compreensão sobre a necessidade do trabalho de formação política sobre as mesmas bases teóricas e metodológicas.

---

sobre os cursos, atividades de formação e nem o número de participantes pois esta prática de registro quantitativo se perdeu.

## Consciência de Classe e a Formação Política

A formação política realizada pelo 13 de Maio NEP sempre esteve intimamente relacionada à convicção de sua importância para o avanço do processo de consciência das classes trabalhadoras. Teria sido essa convicção, inclusive, que fez com que, em determinado momento, o coletivo optasse por focar nessa atividade em detrimento do *trabalho direto*.

Porém, a justificativa do trabalho de formação política só poderia ocorrer com uma explicação sobre a concepção de consciência de classe do grupo. Apesar de haver algumas divergências e controvérsias na equipe, o texto *Processo de Consciência* de Iasi, publicado pela primeira vez em 1999 pelo Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro (CPV)<sup>24</sup>, representou uma apresentação da concepção dominante no coletivo.

Em seu texto Iasi inicia a exposição explicando que não se pode compreender a consciência de classe de forma estanque e sim como um processo. Daí a ideia de *processo de consciência*:

Falamos em processo de consciência e não apenas consciência porque não a concebemos como uma coisa que possa ser adquirida e que, portanto, antes de sua posse, poderíamos supor um estado de “não consciência”. Assim como para Marx, não nos interessa o fenômeno e suas leis enquanto forma definida; o mais importante é a lei de sua transformação, de seu desenvolvimento, as transições de uma forma para outra (Iasi, 2007, p.12).

Para ele, esse processo ocorre tanto com os indivíduo como pela coletividade: “cada indivíduo vive sua própria superação particular, transita de

---

<sup>24</sup> “Esse texto foi produzido originalmente para um estudo do programa de Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo no ano de 1985. Foi baseado numa pesquisa sobre a história de vida e militância de alguns companheiros e companheiras, e posteriormente incorporado como texto de apoio a um seminário do Curso de Monitores do 13 de Maio – Núcleo de Educação Popular (NEP)” (Iasi, 2007, p.11). O mesmo texto foi ainda republicado em 2001 pelo próprio CPV e, posteriormente, em 2007 pela Editora Expressão Popular no livro *Ensaio sobre consciência e emancipação*. Há ainda, o aprofundamento desse texto na tese de doutorado de Iasi *A mediação particular e genérica da consciência de classe: O Partido dos Trabalhadores entre a negação e o consentimento* e que se transformou no livro *As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento* publicado em 2006 pela Expressão Popular e em 2023 pela *Lutas Anticapital*.

certas concepções de mundo até outras, vive subjetivamente a trama de relações que compõe a base material de sua concepção de mundo” (2007, p.13).

O avanço do processo de consciência individual pode ocorrer porque, como ensinou Gramsci, todo indivíduo possui uma concepção de mundo. Emílio Gennari, que esteve no coletivo desde as suas primeiras atividades, sintetiza essa ideia:

todo pensamento, por desorganizado e contraditório que seja, guarda uma relação de coerência e sentido do ponto de vista de sua elaboração histórica. Para entender essa «coerência» do senso comum, temos que estudá-lo como um conjunto de respostas, de conceitos e de ações que as massas populares adotaram para adaptar-se às circunstâncias adversas que enfrentaram ao longo de sua história. Estas adaptações, que foram sucedendo-se no passado de um povo e tem se sedimentado na sua visão de mundo, constituem os recursos culturais que, individual e coletivamente, devem ser incorporados e reelaborados criticamente para que possam constituir o ambiente no qual serão gestadas a identidade da classe e o seu projeto de intervenção na sociedade (Gennari, 2002, pp.9-10).

A consciência é, nesse sentido, “o processo de representação mental (subjetiva) de uma realidade concreta externa (objetiva), formada neste momento, através de seu vínculo de inserção imediata (percepção)” (Iasi, 2007, p.14). Portanto, a consciência não é uma mera representação mental do real mas envolve subjetividades que, entre o objetivo e o subjetivo, sofre mediações. Por isso ela é tão complexa e pode ser falseada. Porque ao apresentar-se como senso comum, oculta as suas essências.

No modo de produção capitalista, o que ocorre é exatamente esse falseamento pela chamada alienação, como explica Iasi:

A lógica imposta pelo capital (externa), interioriza-se e nós mesmos nos levamos ao mercado para sermos esfolados... e nos alegamos quando algum capitalista dispõe-se a comprar nossa força de trabalho. Pregamos alegre e convictamente as ideias do capital como se fossem nossas. Assim, formada esta primeira manifestação da consciência, o indivíduo passa a compreender o mundo a partir de seu vínculo imediato e particularizado, generalizando-o. Tomando a parte pelo todo, a consciência expressa-se como alienação. No senso comum, a alienação é tratada como sendo um

estágio de não consciência. Após essa análise preliminar, percebemos que ela é a forma de manifestação inicial da consciência. Esta forma será a base, o terreno fértil, onde será plantada a ideologia como forma de dominação (*idem*, p.20).

A ideologia, porém, não deve ser entendida de forma simplista como um conjunto de ideias abstratas introjetadas na mente das pessoas mas como um jogo complexo de dominação que envolve estrutura e superestrutura, isto é, além do domínio dos aparelhos ideológicos, as relações cotidianas e concretas entre indivíduos e a exploração entre as classes sociais. Ou seja, a alienação se dá em primeira instância nas relações de produção que são assim concebidas como ideias. E é a partir do referencial e dos parâmetros que o sujeito possui de sua vivência imediata que ele passa a julgar os fenômenos que desconhece. É isso que Gramsci chama de senso comum.

Para Iasi existem, portanto, três estágios de consciência nesse processo: ingênua ou alienada; em si ou reivindicatória; e para si ou revolucionária. Nessa concepção, portanto, não existe um estado de não consciência. Porém, o estágio inicial é marcado pela alienação própria da ideologia e do senso comum, uma vez que “a primeira manifestação da consciência, o indivíduo passa a compreender o mundo a partir de seu vínculo imediato e particularizado, generalizando-o. Tomando a parte pelo todo, a consciência expressa-se como alienação” (*idem*, p.20).

A primeira forma de consciência se manifesta então pela união desordenada e contraditória entre elementos de senso comum e de pensamento crítico, uma vez que todos possuem capacidade crítica. Essa forma não é alienada porque está desvinculada da realidade mas porque a “crítica” é feita a partir da naturalização da ordem, isto é, retirando-se o seu contexto e a história.

O rompimento desse ciclo vicioso começa a ocorrer por uma crise ideológica, ou seja, pelas próprias contradições entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações interiorizadas como ideologia e não pelo simples acesso a uma teoria reveladora. Porém, ele não significa ainda a superação da alienação. É, na verdade, uma forma transitória que se expressa em um estado de revolta. Essa forma, ainda que perceba injustiças, tende, pela falta de um arcabouço crítico, a cair na resignação de que “as coisas sempre foram assim” para logo concluir que “é impossível mudar as coisas”. O salto para a

superação desse tipo de alienação passa, nesse momento, pela necessidade do grupo: quando o indivíduo reconhece que essas contradições não são vividas somente por ele acende-se a luz para a possibilidade da organização para opor-se a outros grupos. “É a chamada consciência em si, ou consciência da reivindicação” (*idem*, p.30).

As consequências da estagnação nesta etapa do processo de consciência tende a incorrer no corporativismo, no carreirismo e na burocratização. Assim, “a consciência volta a ser espectadora passiva de forças que não controla, vive uma realidade da qual desconhece as raízes e o desenvolvimento, acabando assim submetido por ela, ainda que mantenha na forma os elementos questionadores da segunda forma de consciência” (*idem*, pp.32-3). Pode-se dizer que é, sobretudo para evitar essa estagnação que o 13 de Maio NEP (e agora o FNM) tem realizado seus cursos básicos de formação política. A síntese da concepção de formação política do 13 Maio NEP e do seu papel é expresso no seguinte trecho de Iasi:

Segundo o que pensamos, a formação encontra sua especificidade na tarefa essencial de socializar os elementos teóricos fundamentais para que os elementos da classe trabalhadora possam constituí-la enquanto sujeito histórico, ou seja, capaz de apresentar uma alternativa societária com independência e autonomia histórica. Para tanto, os elementos que compõem a classe precisam compreender a natureza particular da sociedade capitalista, suas determinações e sua formação histórica, assim como a luta de sua classe, o movimento na história da própria constituição da classe trabalhadora enquanto [sic] classe, suas estratégias, suas epopéias e derrotas, para retirar de cada grão da história seus ensinamentos. Mas também, e fundamentalmente, apropriar-se de um método, que tornou possível estes saberes, que desvendou a economia política, que através da crítica da economia política logrou compreender o ser do capital em sua essência, que buscando captar o movimento das formas chegou a compreender os processos pelos quais as formas se superam, que compreendendo a natureza singular da transformação que a sociedade especificamente capitalista em seu auge prepara, pode encontrar na classe trabalhadora o sujeito histórico desta transformação e nesta forma particular a possibilidade de uma emancipação humano-genérica. Em uma palavra, a formação implica, ao nosso ver, a apropriação do legado marxiano pela classe trabalhadora (*apud* Silva, 2008, p.205).

Portanto, o desafio do 13 de Maio NEP é contribuir para acirrar as contradições através da reflexão teórica pois acredita-se que

Essa contradição pode levar o indivíduo em seu processo de consciência para um novo patamar: a busca da compreensão das causas, o desvelar das aparências e a análise da essência do funcionamento da sociedade e suas relações. Buscar saber como funciona a sociedade para saber como é possível transformá-la. É na própria constatação de que a sociedade precisa ser transformada que supera-se a consciência da reivindicação pela da transformação. O indivíduo transcende o grupo imediato e o vínculo precário com a realidade dada, busca compreender relações que se distanciam no tempo e no espaço, toma como sua a história da classe e do mundo. Passa a conceber um sujeito coletivo e histórico como agente da transformação necessária (Iasi, 2007, p.35)

O salto de qualidade da consciência da reivindicação para uma consciência revolucionária depende, portanto, da combinação entre a “vivência prática dos impasses e impossibilidades de completar a emancipação dentro dos limites não superados de uma sociedade regida pelo capital” e a “apropriação de instrumentos teóricos que permitam ir além das aparências e compreender as determinações profundas que estão na base das injustiças e da exploração contra as quais a classe se move” (Iasi *apud* Silva, 2008, p.74). Nesse momento, a formação política exerce função primordial para contribuir à necessidade do avanço individual do processo de consciência.

Nas palavras de Paulo Tumolo, outro importante monitor do coletivo desde sua origem,

a superação do “primeiro patamar” de consciência em direção à consciência de classe exige, necessariamente, uma intervenção teórico-educativa. É aí que entra o papel da formação política, cujo objetivo, em linhas gerais, deve ser o de buscar a superação do senso comum, qualificando o conhecimento adquirido na prática de militância, quer dizer, oferecendo os instrumentos teórico-metodológicos para que se possa compreender, na radicalidade necessária, não só as questões postas pela luta cotidiana mas, principalmente, o modo de produção capitalista, sua lógica, seu movimento contraditório, ou melhor, apreender a totalidade social e as questões conjunturais e cotidianas no bojo dessa mesma totalidade. Isso

porque a realização da revolução implica necessariamente a elaboração de um projeto, o que pressupõe um conhecimento profundo da realidade que se pretende transformar. Tal conhecimento da realidade, por sua vez, tem como pressuposto a apreensão do conhecimento já sistematizado e acumulado historicamente (Tumolo, 2013, p.226-7).

Apesar de a formação política ser considerada peça chave contra o senso comum propagado pelos diferentes aparelhos ideológicos, o coletivo não atribui a ela um papel mágico e infalível. Isso porque ela só pode se generalizar em condições conjunturais específicas e de processos de longa duração. Por isso, Iasi (*apud* Silva, 2008, p.72<sup>25</sup>) também alerta para uma possível e perigosa “mistificação” e “supervalorização” da formação política e da Educação Popular. Sobretudo porque o “êxito” da formação política é de difícil mensuração. A formação não pode ser utilitarista ou imediatista querendo-se que cursos produzam, de imediato, resultados que reflitam o número de militantes ou a capacidade militante de organização pois não o farão. Isso só pode ser verificado no desenrolar da luta e, ainda que seja um fator imprescindível, não pode ser considerado o único já que outros elementos conjunturais da correlação de forças da luta de classes são fundamentais. Explica Iasi:

Para nós, o produto da formação é algo mais complexo e difícil de medir no curto prazo, como seria o gosto da consciência imediatista e sindical predominante em nosso movimento. Seria algo a ser medido na qualidade efetiva da ação militante, em sua capacidade crítica diante de deformações que vão se produzindo, a constatação, no quadro de militantes, da socialização de novos valores e preocupações, no número de quadros com capacidade de elaboração de políticas de ação e organização. Um produto que deve ser construído cotidianamente, mas que somente se expressa ao final de processos relativamente longos (Iasi, 2007, p.171).

Em razão dessa percepção, a formação política não se encerra na elaboração de um programa de formação e na execução de atividades isoladas, eventuais e sem continuidade. Ela deve ser um processo de formação permanente conectada à luta em seus diferentes planos. Por isso, a formação política

---

<sup>25</sup> O texto referido por Silva é *Educação Popular: formação da consciência e luta política*, apresentado em 2004 no Seminário de Educação Popular e lutas sociais do SFCH da UFRJ, e se encontra mimeografado.

precisa combinar ainda outras duas dimensões do trabalho revolucionário para a constituição das condições subjetivas para uma transformação: “a da agitação, que potencializa as contradições vividas individualmente até formas variadas de sociabilidade grupal” e a “da organização, que potencializa essas formas grupais, partindo de níveis imediatos até graus maiores de pertencimento de classe (associações, sindicatos, movimentos sociais, partidos etc.)” (Silva, 2008, p.75).

Contudo, esse não é um caminho inelutável e infalível. Por isso Iasi adverte que

Na passagem da consciência em si para a consciência revolucionária, ou para si, abre-se uma importante contradição. Apesar de as alterações da consciência só poderem ser vivenciadas em nível individual, o processo de transformação que irá realizá-la é necessariamente social, envolvendo mais que a ação individual, a de classe. O amadurecimento subjetivo da consciência de classe revolucionária, se dá de forma desigual, depende de fatores ligados à vida e à percepção singular de cada indivíduo. Coloca-se assim a possibilidade de haver uma dissonância, que pode ou não se prolongar de acordo com cada período histórico, entre o indivíduo e sua classe, surgindo a questão do indivíduo revolucionário inserido num grupo que ainda partilha da consciência alienada. As mediações políticas consistem, em parte, no esforço de superando esta distância (Iasi, 2007, pp.35-6).

O processo de consciência, portanto, “escapa” à formação política e passa a depender mais fortemente do próprio processo histórico que deriva da luta de classes. Ainda que a reflexão teórica seja uma espécie de antídoto, é fundamental se compreender que “o processo de consciência não é linear” e, portanto, “pode e muitas vezes regride a etapas anteriores” (*idem*, p.33), ainda que não da mesma forma como antes mas podendo levar indivíduos ao isolamento, à resignação (novamente), à alienação<sup>26</sup>, ou até mesmo ao reacionarismo.

---

<sup>26</sup> Nesses casos “É comum ouvir de militantes que passando por processos semelhantes, que pensam em ‘cuidar da vida’. Produzimos algo como uma tentação de nos rendermos ao princípio do prazer, negando as exigências de uma nova consciência, que se antagoniza com um mundo e que se recusa a mudar de um SUPEREGO que ainda nos impõe velhas normas. ‘Pensar em mim mesmo’ é o grito de guerra do EGO contra o mundo” (Iasi, 2007, p.37). “Sua consciência retorna a patamares anteriores, como a revolta isolada ou mesmo a alienação. Evidente que nunca se retoma ao mesmo ponto, e a passagem pela consciência de classe deixa marcas, como por exemplo, a justificativa mais

Por fim, Iasi ressalta que não é possível alcançar uma nova consciência na sociedade capitalista. É possível, no máximo, apresentar o seu gérmen. Assim como as ideias burguesas só puderam se efetivar “tendo por base a própria gestação material das bases objetivas do modo de produção capitalista e, com elas, o desenvolvimento de novas classes sociais que buscavam expressar” (*idem*, p.42), o mesmo deve ocorrer com o pensamento proletário. Ao alcance do 13 de Maio NEP estaria a possibilidade de difundi-lo e massificá-lo através de seus cursos e seminários<sup>27</sup>.

### Considerações Finais

O 13 de Maio NEP não só tem cumprido o papel ao qual se propôs desde a opção pelo foco no trabalho de formação política como tem deixado um legado para todos aqueles que entendem a necessidade da Educação Popular para a luta das classes trabalhadoras. Esse coletivo possui uma inestimável contribuição teórico-metodológica à formação política das classes trabalhadoras brasileiras, em especial a sua fração ligada ao sindicalismo urbano-industrial, tendo formado dezenas de milhares de pessoas através de seus cursos e seminários desde a década de 1980. Para além da quantidade de seus

---

elaborada, o discurso e talvez algumas posturas. Pode se manifestar por outro lado em ceticismo, hipocrisia ou outras manifestações” (*idem*, p.38).

<sup>27</sup> Entre os cursos de capacitação estão: Comunicação e Expressão; Como fazer análise de conjuntura; Organização nos locais de trabalho; Organização patronal nos locais de trabalho; Campanha salarial e negociação; Plano de ação sindical; Questões de Gênero; Como Funciona a Sociedade I e II. Em consequência da experiência de trabalho e como necessidade de estruturação melhor de materiais a serem utilizados como subsídio nas formações, surgiram alguns Cadernos de Formação. De 1984 até o final desta década haviam sido elaborados, publicados e reeditados oito cadernos: 1) A sociedade em que vivemos; 2) Trabalhadores muitas lutas uma só classe; 3) A ilha da fantasia; 4) 8 horas: 1o de maio ou 1o de abril?; 5) Noções básicas de economia política, que viria a se tornar o manual mais famoso Classe contra Classe; 6) Concepções e estruturas sindicais no Brasil; 7) História dos salários no Brasil; e 8) Eureka – Zé Batalhador descobre o segredo da exploração. Além dos cadernos de formação, o 13 de Maio NEP publicou ao menos sete textos de apoio desde o final da década de 1970 até meados dos anos 1980. Foram feitos também materiais audiovisuais, sendo muito utilizados nas atividades de formação, como: Essa luta é nossa!; 1º de Maio – Um dia de luta; Trabalhadores muitas lutas uma só classe (articulações sindicais no Brasil e a CUT); Vale mais (Força de trabalho, salário, mais-valia e lucro); História do movimento operário sindical no Brasil; e Classe contra classe. Por pelo menos duas décadas o coletivo ainda organizou análises de conjuntura chamada Crítica Semanal de Economia.

espaços de formação, o 13 de Maio NEP é muito reconhecido por uma concepção específica de Educação Popular e pelo desenvolvimento de um método próprio de trabalho para a abordagem e apropriação das categorias marxistas e que tem contribuído sobremaneira para a transição da consciência ingênua à crítica de uma importante fração das classes trabalhadoras. O coletivo chegou ainda a publicar materiais audiovisuais e centenas de textos, entre cadernos de formação, textos de apoio e boletins de análise de conjuntura econômica.

Podemos destacar os elementos que, segundo Schio, compõe a formação das pessoas que passaram pelos cursos do 13 de Maio NEP:

a crítica radical do capital e a necessária compreensão de sua atual conformação socio-histórica; a crítica do Estado capitalista e de sua configuração presente; a crítica das estratégias reformistas/socialdemocratas; o estudo das contribuições a respeito das estratégias revolucionárias experienciadas ao longo da história do movimento da classe trabalhadora; a discussão e elaboração da estratégia revolucionária na contemporaneidade; e a análise do papel da educação na estratégia revolucionária (Schio , 2019, p.111).

Pode-se dizer que o grupo se manteve fiel a sua perspectiva inicial ainda que tenha mudado algumas táticas. Diferente de organizações que sucumbiram à lógica neoliberal da inclusão social e da promoção de cidadania e/ou foram engolidos pela máquina eleitoral, o 13 de Maio NEP manteve seu caráter classista e anticapitalista (Silva, 2008). Isso foi possível porque o grupo conseguiu manter sua autonomia e porque o debate e a reflexão crítica são parte constitutiva do seu método. Por isso o grupo tem conseguido cumprir seus objetivos, sintetizados por César Cruz no seguinte trecho:

Contribuir para que os setores populares se tornem sujeitos ativos e conscientes, que se capacitem para atuar de forma efetiva nas decisões e rumos da vida econômica e política de nosso País, bem como para criar espaços próprios de organização, rompendo com a lógica da delegação de poderes, tanto nas instâncias de representação da sociedade como naquelas criadas pelos próprios trabalhadores (Cruz, 2010, p.155).

A importância desse coletivo é reflexo do respeito que possui entre as organizações socialistas de todo o país e que se manifesta tanto pelos convites

para espaços de formação – mesmo quando há críticas ao seu método – como pelo temor que dirigentes burocratizados de algumas organizações possuem de receber membros de sua base mais críticos após passarem por algum curso do 13 de Maio NEP.

Como bem retratou Cruz em 2010,

Os cursos de monitores continuam a receber dirigentes e militantes de vários movimentos sociais, sindicais, pastorais e dos diversos partidos da esquerda brasileira que procuram no 13 de Maio NEP a formação marxista que não encontram em suas formas de organização. Isso por um lado é importante porque mostra o trabalho sério e reconhecido desta entidade, mas por outro mostra também a extrema fragilidade em que se encontram nossos movimentos, sindicatos e partidos políticos de esquerda no Brasil (Cruz, 2010, p.171).

Ocorre, porém, que a crítica mais dura ao reformismo petista e à estratégia democrático-popular<sup>28</sup> adotada pelas formações do 13 de Maio NEP tem feito com que, durante a década de 2010, movimentos ligados a organizações que outrora foram muito próximas a ele se afastassem. Esse tem sido um preço caro a ser pago pela liberdade da crítica e pela dedicação à elaboração teórica e à reflexão com base na rigidez metodológica do legado de Marx.

Ainda que não seja possível medir o alcance dos propósitos do grupo, os seus feitos são notórios. É fácil encontrarmos relatos de egressos dos cursos do 13 de Maio NEP do quanto eles contribuíram para “abrir seus olhos” ou para os famosos “cair a ficha” que os fizeram compreender a importância central da formação política para a práxis militante. Pode-se afirmar, com segurança, que o 13 de Maio NEP tem contribuído substancialmente para a consciência crítica de muitos militantes. Em documento de 1998, a respeito da avaliação sobre os efeitos do trabalho de formação, encontra-se o seguinte relato:

A possibilidade de reencontrar as mesmas turmas de trabalhadores nos fez registrar alguns aspectos que se tornaram constantes no desenvolvimento

---

<sup>28</sup> Esse é o caso do livro *Estratégia Democrático Popular: um inventário crítico* (IASI et al, 2019) publicado pela editora Lutas Anticapital, organizado e escrito por monitores e educandos que passaram pelos cursos do 13 de Maio NEP em conjunto com outros pesquisadores após seminário realizado na UFRJ em 2017.

do nosso programa. As pessoas nos confirmam que os cursos ajudam a abrir os olhos e a ter uma visão mais crítica da realidade. Com algumas ferramentas teóricas ao próprio alcance, as pessoas têm melhores condições de compreender e formular os desafios da conjuntura e começam a pensar estrategicamente, ou seja, a prever as conseqüências para o futuro das ações que realizam no presente. Ao conseguir dar os primeiros passos para encaixar as peças do quebra-cabeças da realidade e ao buscarem um sentido mais profundo para os acontecimentos, se sentem estimuladas a ler e a conhecer mais e a agir entendendo e planejando os passos da sua ação. A nota comum nas avaliações de final de programa é que as pessoas participam mais dos momentos decisivos de seus movimentos e, nas situações em que os sindicatos tendem a frear a ação dos trabalhadores, não são poucos os casos em que estas tomaram algumas iniciativas de ação. Para a maior parte delas trata-se de um estágio embrionário da militância que para se desenvolver ainda demanda muita reflexão e muita prática. Mas é bom perceber que após os cursos, um número expressivo de pessoas deixa de ser espectador e ensaia os primeiros passos para ser ator da cena social (13 de Maio NEP *apud* Cruz, 2010, p.168-9).

Por outro lado, há também um diagnóstico de ineficiência das formações do 13 de Maio NEP por parte de monitores históricos como Emílio Gennari. Ele, por exemplo, acredita que o descolamento da prática (causado principalmente pelo distanciamento em relação ao trabalho direto) tende a ceifar a contribuição da formação teórica. E que, também em consequência disso, os conteúdos teóricos seriam insuficientes para os educandos interpretarem a realidade pois faltam importantes mediações dos cursos do coletivo às diferentes formas contemporâneas das relações de produção. Esse é o caso do debate econômico como Gennari deixa claro em entrevista dada à Silva:

A impressão que se tem, diz Gennari (2007), é que faltavam outros elementos àqueles trabalhadores, inclusive para interpretarem o cotidiano, para poderem 'pegar o jornal e entender o que está escrito. Não porque você não lê o Português, mas porque faltam elementos teóricos para entender a página da Economia; faltam elementos teóricos para analisar a página da política... Mas não são elementos teóricos do 'arco da velha' não, são coisas simples que podemos reincorporar nos cursos básicos para as pessoas treinarem, verem que faz sentido, que mexe com o seu cotidiano' (Silva, 2008, p.182).

Para além da abordagem basilar dos aspectos da crítica da economia política marxista, parecem faltar elementos da “ciência econômica” que expliquem as diferentes formas de exploração do capital sobre o trabalho e que parecem cada vez mais difusas pela ideologia neoliberal. Inflação, carestia, juros, câmbio, tributação, distribuição de renda etc. são temas que estão muito mais presentes no cotidiano das classes trabalhadoras – sobretudo em sua atual configuração, que tem mudado significativamente a partir do processo de desindustrialização e das reformas neoliberais das últimas décadas – e que precisam ser abordadas como pré-requisito para a compreensão de “como funciona a sociedade” e, portanto, para a continuidade do avanço da consciência.

### Referências

CRUZ, César Albenes de Mendonça. **O processo de alienação e desalienação dos trabalhadores no capitalismo**: um estudo sobre o papel da formação teórica política na construção da consciência de classe. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2010.

GENNARI, Emílio. **Senso comum e bom senso: o que fazer para lidar com eles?** Cadernos do Centro de Estudos e Ação Social de Salvador. Bahia, 2002.

IASI, Mauro Luis. **As metamorfoses da consciência de classe**: o PT entre a negação e o consentimento. 3ª Ed. Marília: Lutas Anticapital, 2023.

IASI, Mauro Luis. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

IASI, Mauro Luis. **Processo de consciência**. São Paulo: CPV, 1999.

IASI, Mauro Luis; FIGUEIREDO, Isabel Mansur; SOUZA, Victor Neves. Apresentação. Em: IASI, Mauro Luis; FIGUEIREDO, Isabel Mansur; SOUZA, Victor Neves (org.). **A Estratégia Democrática Popular**: um inventário crítico. Marília: Lutas Anticapital, 2019.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Que fazer?** Lisboa: Editorial Avante, 1977.

LOBO, Pitias Alves. **Núcleo de educação popular 13 de maio**: uma contribuição política da classe trabalhadora. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, 2009.

LUBLINER, Theo Martins. **A decadência ideológica da ciência econômica e a formação política no MST e n 13 de Maio NEP.** Tese (doutorado). Unesp/Marília, 2024.

SCHIO, Letícia Genro. **Trabalho Pedagógico em um Núcleo de Educação Popular:** possibilidade de práxis pedagógica? Dissertação (Mestrado) – Universidade de Santa Maria, 2019.

SILVA, Cyntia de Oliveira. **O resgate da trajetória histórico-política do 13 de Maio NEP - Núcleo de Educação Popular.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

SILVA, Cyntia de Oliveira; TUMOLO, Paulo Sérgio. Formação Política e Projeto Histórico de Classe - a trajetória histórico-política do 13 de Maio NEP – Núcleo de Educação Popular. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Londrina, v. 2, n. 2, p.118-131; ago, 2010.

TUMOLO, Paulo Sérgio. **Da contestação à conformação: a formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista.** 2ªed. Florianópolis: Em Debate, 2013.

WAVRANT, Joshua. **Rosa Luxemburg et l'éducation: entre a «école de la vie» et École du parti, 1898-1918.** Dissertação de Mestrado em história contemporânea, Universidade de Reims Champagne-Ardenne, França, 2018.